



Estado de Pernambuco

Fundo Previdenciario do Municipio de Igaracy

Lei de Nº Criada em

C.N.P.J.: 05.480.417/0001-12

PC ANTONIO RABELO

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP

ANEXO 12 - Balanço Orçamentário - DCASP

DEZEMBRO/20

Documento Assinado Digitalmente por: MAYARA SILVA ARAUJO DE ARAUJO LUCENILDO DOS SANTOS
Acesse em: <https://steec.ce.gov.br/epp/ConsultaDoc.aspx?Codigo=documento:74f05fd1-c-706-4191-93ed-cd7afa47f533>

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-d)
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Fundo Previdenciario do Municipio de Igaracy

Lucenildo Vinícios Silvino dos Santos
Contador
CRC-PE Nº 25.835/O

MAYARA SILVA ARAUJO
PRESIDENTE



Balanco Orçamentário
Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64

a) Informações gerais:

Nome da entidade: FUNPREVI – Fundo Previdenciário do Município de Iguaracy
CNPJ: 05.480.417/0001-12
Domicílio da entidade: Praça Antonio Rabelo, 02 Centro – Iguaracy - PE
Natureza Jurídica: O Fundo Previdenciário do Município de Iguaracy, concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil, Fundo Oúblico, possui como atividade principal seguridade social obrigatória. Sua fonte financeira deriva das receitas correntes de contribuições sociais, receitas intraorçamentária correntes, receitas patrimoniais e demais receitas correntes.
Dados do gestor/ordenador de despesas: Mayara Silva de Araujo Cargo: Diretor/Presidente CPF: 074.273.024-78 Período da gestão: 04/01/2021 a 31/12/2021.
Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Lucenildo Vinicius Silvino dos Santos CRC: 025.835/O CPF Nº 510.891.064-91
Abrangência de entidades na consolidação das demonstrações contábeis Esta demonstração contábil abrange única e exclusivamente as informações individuais do Fundo Municipal de Iguaracy –PE.

b) Resumo das políticas contábeis significativas:

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Esta demonstração contábil foi elaborada de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizada pelas Portarias STN nº 438/2012 e STN nº 877/2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade(CFC), com destaque para a NBC TSP – Estrutura Conceitual e NBC TSP 11 – Apresentação dos Demonstrativos Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.



Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentaria detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotais das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superavit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo apresenta em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superavit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Bases de mensuração utilizadas:

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2021 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o FUNDEB e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no Balanço Orçamentário. Este demonstrativo está de acordo com as regras estabelecidas na NBC TSP 11, de 18/10/2018.

Julgamento pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário.

c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis



<p>Orçamento para o exercício de 2021: A receita orçamentária prevista para o exercício de 2021 foi de R\$ 6.000.000,00. A despesa orçamentária foi fixada em R\$ 6.000.000,00 sendo R\$ 5.960.000,00 para despesas correntes e R\$ 40.000,00 para despesas de capital.</p>
<p>Resultado da receita orçamentária: A arrecadação da receita no exercício financeiro de 2021 foi de R\$ 4.521.692,66. A receita apresentou um déficit de R\$ 640.254,76 em relação a despesa.</p>
<p>Resultado da despesa orçamentária: A despesa total autorizada foi de R\$ 6.000.000,00. Não houve crédito adicional e o valor autorizado se manteve inalterado. O total da despesa empenhada foi de R\$ 5.161.947,42, a despesa liquidada foi de R\$ 5.161.947,42 e a despesa paga foi de R\$ 5.161.947,42. A despesa orçamentária apresentou uma economia de R\$ 838.052,58, em relação ao orçamento inicial.</p>
<p>Demonstrativo de execução de restos a pagar processados: Os restos a pagar inscritos em anos anteriores foi de R\$ 0,00. Os restos a pagar inscritos em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 0,00. Foram liquidados no exercício o valor de R\$ 0,00, e pagos o valor de R\$ 0,00. Foram cancelados o valor de R\$ 0,00, restando de saldo o valor de R\$ 0,00.</p>
<p>Demonstrativo de execução de restos a pagar não processados: Os restos a pagar inscritos em anos anteriores foi de R\$ 0,00. Os restos a pagar inscritos em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$ 0,00. Foram liquidados no exercício o valor de R\$ 0,00, e pagos o valor de R\$ 0,00. Foram cancelados o valor de R\$ 0,00, restando de saldo o valor de R\$ 0,00</p>
<p>Procedimentos adotados em relação aos restos a pagar não processados liquidados: Os restos a pagar não liquidados foram transferidos para restos a pagar processados, conforme determinação na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição.</p>
<p>Utilização do superávit financeiro e/ou reabertura de créditos especiais ou extraordinários: Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio superávit financeiro, o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário. Não houve também a reabertura de saldos de dotações a créditos adicionais especiais ou extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2020.</p>
<p>Detalhamento da receita intraorçamentária: O valor da receita intraorçamentária e de contribuições prevista para 2021 foi de R\$ 4.113.000,00. Tendo sido arrecadado o valor total de R\$ 4.517.313,99 dos entes federativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).</p>
<p>Detalhamento da despesa intraorçamentária: Não houve despesas intraorçamentária decorrentes das contribuições previdenciária em favor do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).</p>
<p>Despesa executada por tipo de crédito (inicial, suplementar, especial e extraordinário): Das dotações orçamentárias iniciais somados aos créditos suplementares, especial e extraordinário, foi empenhado o valor total de R\$ 5.161.947,42.</p>
<p>Resultado orçamentário: Houve um déficit orçamentário no valor de R\$ 640.254,76, ou seja, a receita arrecadada no valor total de R\$ 4.521.692,66 não foi suficiente para cumprir todas as despesas que totalizaram em R\$ 5.161.947,42.</p>
<p>Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA: Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo.</p>
<p>Detalhamento dos recursos de exercícios anteriores utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente: As disponibilidades de caixa vindas do exercício de 2020 foram de R\$ 12.185,59, não foram utilizados recursos do exercício anterior para custear as despesas do exercício atual.</p>



Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não se aplica a este demonstrativo.

Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão dos usuários quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

d) Outras informações relevantes:

e) Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste demonstrativo, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao § 4º do art. 1º da Portaria STN nº 548/2015.

Lucenildo Vinicius Silvino dos Santos
Contador – CRC 25.835/O

Mayara Silva de Araujo
Diretor/Presidente